

2  
3 Reunião do dia: 29 de abril de 2004.  
4 Local: "Auditório B".  
5 Horário: às 08:30 horas

6  
7 **Coordenador: Marino de Oliveira**  
8 **Secretária: Celeste Maria Ribeirete**  
9

10 **Presentes:** Oswaldino Moreira Só (ABRASA), Marlene S. Alquieri (CPM), Cleuse Maria  
11 B. Barleta (SESA), Célia Maria P. Azevedo (ESPP), Suzana Mallmann (HCAB), Marino de  
12 Oliveira (FOPS), Jacqueline Cardoso Durat (SindSaúde), Celeste Aparecida de Freitas  
13 (Ministério Público), Eredi Mirta K. Albuquerque (SEED), Roberto B. Picorelli (Fed. Micro  
14 e Peq. Empres. Agrícolas.), Ana Célia Colle (Pastoral da Criança), Raquel Gusso  
15 (Pastoral da Criança), Elma Núbia S. de Oliveira (AADOM), Maria do R.L.S. Casaca  
16 (CREFITO), João Pinheiro Bonfim (SINDIPETRO), Erasmo Becher Junior (APAFAPE),  
17 Celeste Maria Ribeirete (SESA), Marlei da Rosa (9<sup>o</sup> R.S.), Adriana M. Brasil (SMS-  
18 Araucária), Rosa L. Fragoso (FUNASA).

19 **DESENVOLVIMENTO DA REUNIÃO:** Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois  
20 mil e quatro, às oito horas e quarenta minutos, no auditório B da Secretaria Estadual  
21 de Saúde, teve início septuagésima sétima reunião ordinária da comissão Estadual de  
22 saúde Mental, sob a coordenação de Marino de Oliveira (FOPS) e secretariada por  
23 Celeste Ribeirete (SESA). O coordenador Marino de Oliveira desejou boas vindas a  
24 todos e iniciou com a leitura da ata da reunião anterior, momento em que foram feitas  
25 as devidas alterações conforme solicitação dos presentes. Em seguida passou para o  
26 primeiro item da pauta: Apresentação das atribuições do CES/Pr, das comissões e das  
27 subcomissões. Leu o regulamento do Conselho discorrendo sobre seus tópicos (segue  
28 cópia anexa das atribuições). Falou-se bastante sobre a necessidade de capacitação de  
29 conselheiros e da produção de material sobre o assunto. Oswaldino esclareceu que o  
30 CES/Pr está avaliando esta questão. Marino ressaltou a necessidade de ter um banco  
31 de dados sobre a situação de saúde mental no Paraná. A coordenadora de saúde  
32 mental foi questionada se os recursos financeiros provenientes do fechamento de leitos  
33 estão na saúde mental, ou seja, se há garantia de que esse recurso realmente irá para  
34 a rede extra-hospitalar. Cleuse explicou que apesar das portarias preverem isto, na  
35 realidade nem sempre isso ocorre tendo em vista que o recurso vai para o fundo  
36 municipal. Erasmo citou o exemplo do fechamento dos 304 leitos do Hospital Pinheiros  
37 (São José dos Pinhais) se o dinheiro está na saúde mental. Em relação ao assunto  
38 medicação, Marino esclarece que há critérios para o fornecimento e muitas vezes o  
39 Juiz que manda fornecer o medicamento não conhece o protocolo. Questionou-se  
40 quem é gestor- gestor é quem está coordenando a política de saúde, temos ainda:  
41 prestador, usuário e o trabalhador que também fazem parte do Conselho. Marino  
42 comenta sobre o curso para conselheiro que ocorreu em União da Vitória onde a  
43 receptividade foi muito boa e o gestor participou durante os quatro dias. Oswaldino  
44 expôs que a agenda de cursos para conselheiros será aprovada pelo CES. Ele alegou  
45 que o CES tem um plano estadual de saúde, mas o povo desconhece, pois tem que  
46 acessar na internet. Zita acha necessária a elaboração de material de divulgação. Zita  
47 também questionou sobre atendimento para presidiários com dependência química.  
48 Cleuse explicou que há proposta de assistência em saúde para o sistema penitenciário.

50 Retomando o assunto sobre a formação de conselheiros, Marino explicou que o núcleo  
de capacitação deve

51  
52 contar com 16 monitores; deve ser liberado pelo CES; tem verba federal e visa o  
53 controle social. Há material pedagógico durante um ano. Há teste seletivo para seleção  
54 de monitores, em seguida, capacitação. Tanto gestores quanto usuários podem  
55 participar. Existe uma coordenação Nacional e uma Estadual. Aqui no Paraná a  
56 coordenação é feita pela Escola de Saúde. Picorelli diz que em Paranavaí já foram  
57 feitos três cursos. Sugeriu-se mais divulgação dos cursos. Marlei explicou que os  
58 conselhos Municipais estão solicitando os cursos de capacitação. Marino sugeriu enviar  
59 uma correspondência ao CES solicitando o planejamento dos cursos de capacitação dos  
60 Conselheiros. Cleuse informa que na questão de álcool e drogas a prevenção ficou ao  
61 cargo da Secretaria de Justiça com interface com as Secretarias: Saúde, Educação,  
62 Esportes, Ciência e Tecnologia. Porém a Secretaria de Saúde tem ações que são  
63 inerentes a ela. Dando continuidade passou-se aos informes: Cleuse explicou sobre a  
64 solicitação e a necessidade de aprovar a implantação de 50 leitos do Hospital São José,  
65 em Guaraniaçú devido ao estrangulamento que está ocorrendo na região após o  
66 fechamento do Hospital São Marcos de Cascavel. Há também o interesse em implantar  
67 um CAPS em Guaraniaçú. Aproveitou também para explicar que a região de Paranavaí  
68 tem leitos suficientes no Hospital Nosso Lar de Loanda, o que ocorre é que a média de  
69 permanência do paciente é longa. Oswaldino questionou sobre o percentual de vagas  
70 da Região Metropolitana. Cleuse explicou que o município de Curitiba vai regular sua  
71 porta de entrada e que o Centro Psiquiátrico Metropolitano deverá ser adequado para  
72 atender a toda a região metropolitana. Hoje a prática demonstra que o hospital é a  
73 porta de entrada, e todos os leitos devem ser disponibilizados na central de leitos,  
74 entretanto, algumas vagas da central de leitos devem ficar disponíveis para os  
75 pacientes da região metropolitana. Jacqueline argumentou que o sistema  
76 informatizado (cartão SUS) em muito irá auxiliar propiciando maiores dados a respeito  
77 da clientela atendida na rede. Marino expôs a recomendação administrativa do  
78 Ministério Público com relação ao dimensionamento da clientela da saúde mental:  
79 demanda atendida, demanda reprimida, estratégias administrativas da clientela não  
80 atendida, dentre outros dados. Cleuse expôs as dificuldades de se levantar a demanda  
81 reprimida, para responder a este questionamento do Ministério Público, perguntou se  
82 alguém tem sugestões de como fazer para levantar os dados da demanda reprimida.  
83 Marino ressaltou que estes dados são importantes e que é necessário que se crie  
84 mecanismos para se ter estes dados, ressaltou também que a média de espera no CPM  
85 é de oito horas e no Pronto Atendimento é de seis horas. Oswaldino argumentou de  
86 que este documento veio para a Comissão de Saúde Mental apenas para tomar ciência.  
87 Celeste Freitas achou esta discussão bastante oportuna e argumentou que o Dr. Marco  
88 Antonio está solicitando estes dados desde a época da Coordenadora Cristina Roorda,  
89 aproveitou também para dar um palpite pessoal, que se crie uma forma de se registrar  
90 a clientela: quantos pacientes, quantas horas, quantos dias, quantos retornos e outros  
91 dados que sejam necessários. Marlei argumentou que não acha de que este seja um  
92 papel da comissão e de que está preocupada com a pequena equipe da coordenação  
93 de Saúde Mental, propondo então que se firme parcerias para esta solicitação. Marino  
94 passou então para o encaminhamento da questão: proposta de se encaminhar ao  
95 Conselho Estadual, com reencaminhamento para a coordenação de Saúde Mental e  
96 colocando a comissão de Saúde Mental à disposição. Dra. Suzana comentou a respeito  
97 da paciente Marluci, oriunda de Sapé (Paraíba) já está tudo certo para que ela retorne

98 / no seu município de origem. Passou-se então ao processo FOPS/Cleuse: Marino fez a  
99 leitura do processo. Vários argumentos e pareceres foram expostos. Preferiu-se não  
100 julgar a pessoa em tese, visto que este não é um papel da comissão. Houve o  
101 reconhecimento de que pode ter havido inadequação em algum momento devido à  
102 situação apresentada. Portanto, chegou-se à conclusão de que o processo devesse ser  
103 arquivado, devido ao entendimento de ambas as partes. Ficou agendada uma reunião  
104 extraordinária para o dia 11 de maio às 14 horas para tratar do Plano de Saúde  
105 Mental. Anexar as atribuições do CES/PR  
106